

Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Regina Linden Ruaro
(coordenadores)

ACESSO À
INFORMAÇÃO
COMO
DIREITO
FUNDAMENTAL
E DEVER
ESTATAL

Alejandro Corral Sastre
Carlos Alberto Molinaro
Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Danilo Doneda
Felipe Dalenogare Alves
Francisco Miguel Bombillar Sáenz
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
José-Luis Piñar Mañas
José Maria Porras Ramírez
Leonel Pires Ohlweiler
Letícia de Campos Velho Martel
Marcia Cristina de Souza Alvim
Mario Viola
Mônia Clarissa Hennig Leal
Walter Claudius Rothenburg



livraria//
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2016

Conselho Editorial

André Luís Callegari

Carlos Alberto Molinaro

Daniel Francisco Mitidiero

Darci Guimarães Ribeiro

Draiton Gonzaga de Souza

Elaine Harzheim Macedo

Eugênio Facchini Neto

Giovani Agostini Saavedra

Ingo Wolfgang Sarlet

Jose Luis Bolzan de Moraes

José Maria Rosa Tesheiner

Leandro Paulsen

Lenio Luiz Streck

Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- A174 Acesso à informação como direito fundamental e dever estatal / Ingo Wolfgang Sarlet, José Antonio Montilla Martos, Regina Linden Ruaro (coordenadores); Alejandro Corral Sastre ... [et al.]. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.
286 p. ; 23 cm.
ISBN 978-85-69538-06-6

1. Direito à informação. 2. Direitos fundamentais. 3. Transparência na administração pública. I. Sarlet, Ingo Wolfgang. II. Montilla Martos, José Antonio. III. Ruaro, Regina Linden. IV. Corral Sastre, Alejandro.

CDU 342.7:35

CDD 342.0662

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito à informação : Administração pública 342.7:35

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Apresentação.....	7
Parte Geral – Acesso à informação e dever de transparência em Brasil, Espanha e União Europeia.....	9
1. O direito à informação na ordem constitucional brasileira: breves apontamentos <i>Ingo Wolfgang Sarlet e Carlos Alberto Molinaro.....</i>	11
2. A efetividade do acesso às informações administrativas e o direito à boa administração pública: questões hermenêuticas sobre a transparência na administração pública e a Lei nº 12.527/2011 <i>Leonel Pires Ohlweiler.....</i>	27
3. Transparencia y acceso a la información en España <i>José Antonio Montilla Martos.....</i>	53
4. Transparencia y protección de datos. Una referencia a la Ley Española 19/2013 de transparencia, acceso a la información y buen gobierno <i>José-Luis Piñar Mañas.....</i>	71
5. Los límites a la transparencia en la Unión Europea. El menguado alcance del derecho de los ciudadanos a acceder a la información en poder de las instituciones europeas <i>José M^a Porras Ramírez.....</i>	89
Parte Especial – Temas específicos em matéria de acesso à informação no Brasil e na Espanha.....	115
6. Proteção de dados pessoais como limite ao acesso à informação e seu tratamento posterior <i>Mario Viola e Danilo Doneda.....</i>	117
7. A necessária compatibilização do direito à informação aos direitos de personalidade e à dignidade humana: o papel da educação para os direitos humanos à comunicação social em um contexto pós-ADPF nº 130/DF <i>Mônia Clarissa Hennig Leal e Felipe Dalenogare Alves.....</i>	133
8. Direitos de expressão e de informação: posição preferencial, biografias desautorizadas e esquecimento <i>Walter Claudius Rothenburg.....</i>	153
9. Ética na informação e o direito ao esquecimento <i>Marcia Cristina de Souza Alvim.....</i>	173

10. Tutela jurídica do meio ambiente cultural como parâmetro normativo da denominada sociedade da informação no Brasil <i>Celso Antonio Pacheco Fiorillo</i>	185
11. El acceso a la información ambiental en España a la luz de la nueva ley de transparencia <i>Alejandro Corral Sastre</i>	205
12. Tratamiento jurídico del derecho-deber de información en la interrupción voluntaria del embarazo <i>Francisco Miguel Bombillar Sáenz</i>	231
13. O processo de informação nas pesquisas clínicas associadas à assistência em saúde: notas elementares <i>Letícia de Campos Velho Martel</i>	259